



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

**CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS-PORTUGUÊS**

MARCELLE FABIANE ALVES DA COSTA MIRANDA

MIRTE SUIANA ALVES DA COSTA

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO E ENSINO: UMA REFLEXÃO NA PRÁTICA
DOCENTE**

PALMEIRA DOS ÍNDIOS, AL

2025

MARCELLE FABIANE ALVES DA COSTA MIRANDA

MIRTE SUIANA ALVES DA COSTA

**PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E ENSINO: UMA REFLEXÃO
NA PRÁTICA DOCENTE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Letras-Português do Instituto Federal de Alagoas -IFAL, em parceria com a universidade aberta do Brasil, polo Palmeira dos Índios, como requisito parcial aobtenção do grau de licenciado em Letras-português.

Orientadora MS. Kathia Maria Barros Leite

PALMEIRA DOS ÍNDIOS, AL

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Instituto Federal de Alagoas
Campus Palmeira dos Índios
Biblioteca Prof. Amaro Nascimento Mendes

469.07

M672p

Miranda, Marcelle Fabiane Alves da Costa.

Preconceito linguístico e ensino: uma reflexão na prática docente. /
Marcelle Fabiane Alves da Costa Miranda, Mirte Suiana Alves da Costa. -
Dados eletrônicos (1 arquivo: 1.23 MB). – 2025.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso:
Internet.

Orientação: Prof.^a MS. Kathia Maria Barros Leite.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras-Português) –
Instituto Federal de Alagoas, Campus Palmeira dos Índios, Palmeira dos
Índios, 2025.

1. Preconceito. 2. Linguística. 3. Ensino. I. I Costa, Mirte Suiana Alves
da. II. Título.

ANEXO À PORTARIA Nº 1483/GR, DE 19/09/2012.

ATA DE DEFESA DO TCC

Ao 21 dia(s) do mês de março do ano de 2026, às 10:30hs, foi realizada, a solenidade de defesa de TCC das alunas MARCELLE FABIANA A. DA COSTA MIRANDA e MIRTE SUIANA ALVES DA COSTA, do Polo Palmeira dos Índios, da turma 2020, com o tema “PRECONCEITO LINGUÍSTICO E ENSINO: UMA REFLEXÃO NA PRÁTICA DOCENTE”, como pré-requisito para a conclusão do Curso Superior em Licenciatura em Letras Português ..

ALUNOS
1 MARCELLE FABIANA A. DA COSTA MIRANDA
2 MIRTE SUIANA ALVES DA COSTA

PARECER FINAL
A banca examinadora aprova o trabalho, atribuindo a nota 8,1 (oito vírgula um), reconhecendo sua relevância e consistência teórico-metodológica. Contudo, indica a necessidade de revisão das referências, conforme as normas da ABNT, e de aprofundamento na análise de conteúdo, com melhor articulação entre dados e referencial teórico. O trabalho está, portanto, aprovado com ressalvas, condicionado aos ajustes na versão final.

ASSINATURA DA BANCA EXAMINADORA
Documento assinado digitalmente  KATHIA MARIA BARROS LEITE Data: 07/04/2026 09:41:40-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br Profa. KATHIA MARIA BARROS LEITE Orientador/Presidente da Banca
Documento assinado digitalmente  KAYLENE LEITE DA ROCHA SANTOS Data: 25/03/2026 20:32:39-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br Profa. Kayllene Leite da Rocha Santos Avaliador



Documento assinado digitalmente

ADRIANA CRISTINA LEITE SILVA

Data: 25/03/2026 16:39:22-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Adriana Cristina Leite Silva

Avaliador

DEDICATÓRIA

Eu, Mirte, dedico primeiramente a Deus que permitiu chegar até aqui e que tudo isso acontecesse, pois sou prova viva de que o amor de Deus existe, sinto seu cuidado diário e as inúmeras bençãos derramadas sobre minha vida.

Eu Marcelle, dedico a Deus, por ser meu apoio em momentos difíceis e por nunca me deixar desistir, pois onde estiver o amor, ali estará também o nosso coração.

Aos nossos pais, Iêda e Leônidas, pelo amor carinho, ensinamentos e incentivos dedicados a nós, sem medirem esforços para que tivessémos a oportunidade de estudar, sempre com muito zelo e esmero ao longo dessa trajetória, aos nossos filhos, Iago, Sophia e Ilanna, as nossas irmãs, e a toda família.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus nosso Senhor e Salvador. A nossa orientadora Káthia Maria Barros Leite, pela paciência e condução, a banca na pessoa das professoras Kayllene e Adriana por lerem nosso trabalho, a todos os professores da UAB e a nossa família, em especial a minha filha Sophia, pela dedicação em nos ajudar a chegar aqui e por fim a todos que caminharam conosco o caminho percorrido.

RESUMO

Este artigo examina o preconceito linguístico dentro das escolas, investigando suas origens, expressões e potenciais métodos para enfrentá-lo. A pesquisa, que é de natureza bibliográfica e exploratória, incluiu a aplicação de questionários a educadores para entender suas percepções e ações em relação à diversidade linguística. Os achados mostram que, embora haja um reconhecimento da necessidade de valorizar as diferentes formas do português, a norma padrão ainda domina, o que pode levar à exclusão e prejudicar a autoestima dos estudantes. Com base em autores como Bagno (2007), Mollica (2009) e Faraco (2008), defende-se que a língua é um elemento dinâmico e culturalmente variado. Foram observadas algumas práticas educacionais positivas, como iniciativas de letramento crítico e metodologias interdisciplinares, mas ainda são limitadas. A pesquisa conclui que para superar o preconceito linguístico é necessário um desenvolvimento profissional constante para os educadores, abordagens inclusivas e políticas educacionais que reconheçam a diversidade linguística como parte do patrimônio cultural.

Palavras-Chave: Preconceito; Linguística; Ensino; Norma; Educação.

ABSTRAC

This article examines linguistic prejudice within schools, investigating its origins, expressions, and potential methods for addressing it. The research, which is bibliographical and exploratory in nature, included questionnaires administered to educators to understand their perceptions and actions regarding linguistic diversity. The findings show that, although there is recognition of the need to value the different forms of Portuguese, the standard norm still dominates, which can lead to exclusion and undermine students' self-esteem. Based on authors such as Bagno (2007), Mollica (2009), and Faraco (2008), the article argues that language is a dynamic and culturally diverse element. Some positive educational practices, such as critical literacy initiatives and interdisciplinary methodologies, have been observed, but they remain limited. The research concludes that overcoming linguistic prejudice requires ongoing professional development for educators, inclusive approaches, and educational policies that recognize linguistic diversity as part of cultural heritage.

Keywords: Prejudice; Linguistics; Teaching; Norm; Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. O QUE É PRECONCEITO LINGUÍSTICO?.....	9
2.1 Preconceito linguístico no ambiente escolar	12
2.2 O preconceito linguístico e a prática docente	16
2.3 O Preconceito Linguístico Nas Mídias Sociais	19
2.4 Variação Linguística e Xenofobia	21
3. METODOLOGIA.....	24
3.1 Caracterização da pesquisa.....	24
3.2 Corpus da pesquisa	25
3.3 Etapas da pesquisa	26
4. ANÁLISE DE DADOS	29
5. CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS	35

1. INTRODUÇÃO

O preconceito linguístico configura-se como uma forma de discriminação social que se manifesta por meio da desvalorização de determinadas formas de falar, escrever ou se expressar, sobretudo quando estas se distanciam da norma-padrão da língua. No contexto escolar, esse fenômeno assume maior complexidade, uma vez que a escola, ao mesmo tempo em que deve promover o ensino da norma culta, também se constitui como espaço formativo voltado à valorização da diversidade cultural e linguística dos estudantes. No entanto, observa-se que práticas pedagógicas ainda reforçam uma visão normativa da língua, contribuindo para a exclusão e o silenciamento de sujeitos pertencentes a diferentes contextos socioculturais.

Dados recentes evidenciam que um número significativo de estudantes já vivenciou situações de discriminação relacionadas ao seu modo de falar, o que impacta diretamente sua autoestima, participação e desempenho escolar. Tal cenário evidencia a necessidade de problematizar o papel da escola e, especialmente, da prática docente no enfrentamento dessas formas de exclusão, considerando que a linguagem, além de instrumento de comunicação, atua como marcador social e identitário.

Sob a perspectiva da Sociolinguística, autores como Bagno (2007), Mollica (2003) e Faraco (2008) defendem que a língua é um fenômeno dinâmico, heterogêneo e historicamente situado, constituído por diferentes variedades legítimas que se organizam conforme os contextos de uso. Nesse sentido, a valorização exclusiva da norma-padrão revela-se limitada e excludente, por desconsiderar a pluralidade linguística que caracteriza a sociedade brasileira.

Diante desse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o preconceito linguístico na prática docente, buscando compreender como esse fenômeno se manifesta no ambiente escolar e quais concepções de língua orientam as ações pedagógicas. Especificamente, pretende-se: (a) analisar a percepção dos professores acerca da diversidade linguística em sala de aula; (b) identificar situações de preconceito linguístico vivenciadas no cotidiano escolar; e (c) refletir sobre

estratégias pedagógicas que contribuam para o enfrentamento dessa problemática. Ademais, busca-se compreender a relação entre variação linguística, ensino de Língua Portuguesa e valorização das identidades culturais dos estudantes, evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas mais inclusivas e críticas.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de promover uma educação mais equitativa, que reconheça e valorize as diferentes formas de expressão linguística, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência linguística crítica. Assim, investigar o preconceito linguístico na prática docente permite não apenas problematizar concepções tradicionais ainda presentes no ensino de língua, mas também apontar caminhos para a construção de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e promovam a inclusão no contexto escolar.

Para atingir tais propósitos, este trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se uma discussão acerca das manifestações do preconceito linguístico, com ênfase nos contextos sociais e digitais; em seguida, desenvolve-se o referencial teórico, fundamentado nos estudos da Sociolinguística; posteriormente, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados; na sequência, são apresentados e analisados os dados coletados junto aos professores participantes; por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais se retomam os principais resultados e se apontam reflexões acerca do enfrentamento do preconceito linguístico no ambiente escolar.

2. O QUE É PRECONCEITO LINGUÍSTICO?

Entende-se que o preconceito linguístico é toda forma de discriminação ou desvalorização que ocorre por meio do julgamento da maneira como o outro fala, escreve ou se expressa, seja no cotidiano, seja em ambientes formais. Combater todas as manifestações de preconceito e discriminação deve ser um compromisso fundamental das instituições de ensino, por meio da abordagem de temas interligados que incentivem a conscientização e a valorização da diversidade linguística.

A pesquisa conduzida por Silva e Santos (2023), em instituições de ensino público no Amapá, revela que 58% dos estudantes vivenciaram discriminação devido ao seu modo de falar, sendo que muitos expressaram sentimentos de vergonha e desconforto na presença de educadores e colegas.

O preconceito em relação à linguagem, apesar de ser bastante comum nas escolas brasileiras, continua a ser negligenciado nas abordagens de ensino e nas discussões sobre inclusão e diversidade. Ademais, embora o Brasil seja historicamente um dos países com maior diversidade linguística do mundo, segundo dados do IBGE (2010) — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística —, em parceria com o ISA (2014) — Instituto Socioambiental —, é evidente a existência de um estigma social acerca do que seria a maneira “certa” de usar a língua portuguesa.

Entretanto, sabe-se que há cerca de 274 línguas faladas no Brasil, sendo mais de 180 línguas indígenas vivas, utilizadas por aproximadamente 305 povos indígenas distribuídos pelo território nacional.

O preconceito linguístico impacta diretamente o rendimento e a participação dos estudantes, especialmente aqueles oriundos de contextos socioculturais menos privilegiados que, diante do medo de errar ou de serem ridicularizados, tendem a se silenciar em situações de interação oral, comprometendo seu processo de aprendizagem e sua inserção no ambiente escolar. Nesse sentido, a escola deve assumir um papel fundamental na valorização da diversidade linguística, promovendo práticas pedagógicas que reconheçam as diferentes formas de expressão dos alunos.

Conforme afirma Rojo (2012, p. 13):

“A escola deve trabalhar com os letramentos múltiplos, reconhecendo as diversas práticas sociais de linguagem.”

Tal perspectiva reforça a necessidade de construção de um ambiente educativo pautado no acolhimento, no respeito e na valorização das múltiplas formas de expressão linguística, reconhecendo que cada modo de falar carrega marcas identitárias, históricas e culturais dos sujeitos.

O preconceito linguístico constitui uma forma de exclusão social sutil, porém eficaz, que nega aos indivíduos o acesso a espaços de convívio, estudo e trabalho. Ao desvalorizar expressões linguísticas associadas a grupos populares ou tradicionais, essa discriminação intensifica estereótipos e deslegitima conhecimentos historicamente construídos. Ademais, trata-se de uma forma de violência simbólica que pode afetar a autoconfiança e o equilíbrio emocional dos indivíduos que utilizam essas variedades linguísticas.

Para superar essa lógica de exclusão, é necessário desconstruir as crenças que vinculam o valor social à norma culta e reconhecer a legitimidade das diversas formas de expressão. Kleiman (2005, p. 19) sustenta que “valorizar a diversidade linguística é reconhecer o direito universal à palavra, à expressão e à participação social”, enfatizando a função emancipadora da linguagem.

Nessa direção, compreender o preconceito linguístico implica reconhecê-lo como uma prática social excludente, que ultrapassa a dimensão estritamente linguística e se articula às relações de poder e desigualdade. Conforme define Bagno (2007, p. 22), trata-se do “conjunto de atitudes negativas em relação a variedades linguísticas que diferem da norma-padrão”. O autor ainda ressalta que “criticar a fala de alguém é frequentemente uma maneira dissimulada de discriminar o próprio falante” (BAGNO, 2007, p. 38), evidenciando que o julgamento linguístico encobre, na realidade, processos de exclusão social.

Nesse sentido, ao desqualificar determinadas variantes, não se julga apenas a linguagem, mas também os sujeitos que a utilizam, suas origens regionais, condições socioeconômicas e trajetórias educacionais, reforçando desigualdades historicamente construídas. Sobre isso, Bagno (2007, p. 36), em sua obra *Preconceito linguístico: o que é e como se faz*, afirma:

“Não existe uma única forma correta de falar a língua portuguesa. O que existem são variedades linguísticas que refletem a diversidade cultural e social dos falantes. Ao considerar uma dessas variedades como superior às demais, a sociedade estabelece um mecanismo de exclusão que atinge diretamente os indivíduos das classes menos favorecidas.”

Dessa forma, estudar as variações linguísticas significa não apenas valorizar a diversidade cultural presente na sociedade, reconhecendo que os diferentes modos de falar refletem identidades, histórias e contextos sociais distintos,

mas também compreender a língua como um fenômeno dinâmico e heterogêneo, que se adapta às necessidades comunicativas dos sujeitos em diferentes situações.

Tal compreensão contribui para a ampliação da competência linguística dos falantes, permitindo-lhes transitar de forma crítica e consciente entre diferentes registros e contextos de uso. Além disso, implica resistir a um modelo normativo excludente, que privilegia a norma-padrão como única forma legítima de expressão, desconsiderando a pluralidade linguística existente.

Assim, ao promover uma visão mais inclusiva da língua, torna-se possível combater práticas discriminatórias e fortalecer uma educação comprometida com o respeito, a equidade e a valorização das múltiplas formas de linguagem. O preconceito linguístico existe e é responsabilidade de toda a sociedade combatê-lo. É necessário reconhecer que existem sujeitos diversos, que se expressam de maneiras distintas, contribuindo para reflexões acerca das condições sociais e para a construção de uma sociedade mais crítica e inclusiva. De acordo com Bagno (2007, p.38), “criticar a fala de alguém frequentemente é uma maneira dissimulada de discriminar o próprio orador”. Isso evidencia que, por trás da correção gramatical exigida, frequentemente existe um social que intensifica as desigualdades e elimina formas legítimas de comunicação.

2.1 Preconceito linguístico no ambiente escolar

No contexto escolar, o preconceito linguístico deve ser compreendido para além de uma questão normativa, sendo analisado como um fenômeno social atravessado por relações de poder, ideologia e exclusão. Nessa perspectiva, José Luiz Fiorin contribui significativamente ao evidenciar a relação entre linguagem e poder, ao afirmar que “a exigência de correção linguística é frequentemente uma tática para legitimar formas de exclusão social” (FIORIN, 2006, p. 47). Tal posicionamento revela que a imposição da norma-padrão como único modelo legítimo de uso da língua não se limita ao campo linguístico, mas atua como mecanismo de dominação simbólica, reforçando desigualdades históricas e sociais no ambiente escolar. Dessa

forma, práticas pedagógicas centradas exclusivamente na correção normativa tendem a marginalizar estudantes cujas formas de expressão não se alinham aos padrões valorizados socialmente, comprometendo sua participação e desenvolvimento educacional.

A preocupação em ensinar e valorizar as diversas formas de dizer e existir está presente desde a concepção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa legislação, em seu artigo 26, resguarda, ainda que de forma indireta, a pluralidade regional ao garantir que:

“Os currículos devem ter uma base nacional comum, a ser complementada por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (LDB, 1996, art. 26)”.

Ainda na LDB, é possível observar, em seu artigo 1º, que trata da finalidade da educação, a busca por uma formação que se desenvolva na vida do educando, ao afirmar que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana [...] e nas manifestações culturais.

Tal perspectiva ressalta a importância de se debater a diversidade no ambiente escolar. De acordo com esse documento, é possível inferir que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, embora não trate explicitamente do preconceito linguístico, assegura princípios fundamentais que sustentam seu enfrentamento no contexto educacional. O artigo 3º, ao estabelecer o respeito à diversidade, o pluralismo de ideias e a igualdade de condições, oferece base legal para a valorização das diferentes variedades linguísticas. Além disso, o artigo 26 reforça a necessidade de considerar as especificidades culturais e regionais dos educandos, o que inclui suas formas de expressão linguística. Dessa forma, a LDB contribui para a construção de uma educação inclusiva, que reconhece a linguagem como prática social e cultural, combatendo, ainda que indiretamente, o preconceito linguístico.

A partir desses pressupostos legais, evidencia-se que o enfrentamento do preconceito linguístico no ambiente escolar não se configura apenas como uma

escolha pedagógica, mas como um compromisso ético e educacional alinhado às diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse sentido, cabe à escola promover práticas que reconheçam a diversidade linguística dos estudantes como parte legítima de suas identidades socioculturais, evitando abordagens que reforcem estigmas ou hierarquizações entre as variedades da língua. Ao valorizar as diferentes formas de expressão e, simultaneamente, ensinar a norma-padrão de maneira contextualizada e não excludente, o espaço escolar contribui para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender a linguagem em sua dimensão social e de atuar de forma consciente em diferentes contextos comunicativos. Dessa forma, a educação linguística passa a exercer um papel fundamental na promoção da equidade, do respeito às diferenças e da inclusão social.

É importante ressaltar que o reconhecimento e a valorização da diversidade linguística constituem elementos fundamentais para a construção de uma educação inclusiva, conforme afirma Ângela Kleiman. Segundo a autora, “apreciar a variedade linguística significa reconhecer o direito universal à palavra, à expressão e à participação na sociedade” (KLEIMAN, 2005, p. 19). Nesse sentido, as práticas de letramento no contexto escolar devem considerar as múltiplas formas de linguagem que os estudantes trazem de seus contextos socioculturais, promovendo um ensino que vá além da norma-padrão e favoreça a ampliação das competências comunicativas dos sujeitos. Assim, combater o preconceito linguístico na escola implica adotar uma postura pedagógica crítica e inclusiva, capaz de transformar a sala de aula em um espaço de valorização da diversidade, de construção de cidadania e de promoção da justiça social por meio da linguagem.

O preconceito linguístico e seus impactos no contexto educacional exigem uma reflexão crítica sobre o papel da escola no enfrentamento dessa forma de discriminação. Em ambientes escolares marcados pela diversidade social e linguística, as diferentes formas de expressão dos estudantes ainda são frequentemente estigmatizadas, sendo equivocadamente associadas a erro ou inferioridade, o que contribui para processos de exclusão e desvalorização cultural. Diante disso, cabe à escola assumir uma postura pedagógica comprometida com a valorização da diversidade linguística, promovendo espaços de escuta, respeito e reconhecimento das múltiplas formas de uso da língua. Nessa perspectiva, Roxane

Rojo destaca que “a escola deve trabalhar com os letramentos múltiplos, reconhecendo as diversas práticas sociais de linguagem que os alunos já dominam” (ROJO, 2012, p. 13). Assim, ao articular o ensino da norma-padrão a uma abordagem que respeite e integre as variedades linguísticas dos estudantes, a escola contribui para a construção de uma educação mais inclusiva, crítica e socialmente comprometida.

Compreender a língua como um fenômeno social e dinâmico é essencial para combater o preconceito, e a escola deve assumir o compromisso de ensinar a norma culta sem desrespeitar ou apagar outras variedades linguísticas, promovendo um ambiente de respeito e inclusão. Em vez de reforçar padrões normativos que excluem e silenciam vozes, a escola deve acolher e valorizar a diversidade linguística existente entre os estudantes.

Muitas instituições ainda encaram o preconceito linguístico de forma naturalizada, associando-o a erro, ignorância ou falta de educação. Contudo, de acordo com Marcuschi (2001, p. 24), “a língua não é um objeto uniforme, mas uma prática social mutável, diversificada e dinâmica”, o que permite compreender que a variedade de modos de falar reflete a diversidade cultural de uma sociedade. Portanto, cabe à escola assegurar uma educação crítica e inclusiva, reconhecendo o valor social das diversas variantes linguísticas e capacitando os alunos para lidar com a linguagem em seus diferentes contextos.

É essencial promover o respeito à diversidade linguística no contexto escolar, diante da persistência de comportamentos discriminatórios que desvalorizam formas de expressão distintas da norma-padrão. Por ser social e histórica, a linguagem sofre variações de acordo com aspectos culturais, regionais e contextuais. Nesse sentido, Figueiredo (2009, p. 63) afirma que “a escola deve deixar de ser um local de repressão linguística e se transformar em um espaço de reflexão crítica sobre a língua e suas aplicações”, enfatizando que a função da educação é acolher as diferenças, e não silenciá-las. Portanto, a escola deve ir além da precisão gramatical, assumindo o compromisso de formar cidadãos conscientes da diversidade linguística e aptos a atuar em uma sociedade plural.

O tema do preconceito linguístico no ambiente educacional torna-se cada vez mais pertinente, considerando a diversidade sociocultural que caracteriza as salas de aula. A escola, como espaço de formação crítica e desenvolvimento do conhecimento, deve reconhecer que as diferentes formas de comunicação dos alunos refletem suas identidades culturais, trajetórias sociais e contextos regionais. No entanto, frequentemente, essas variações linguísticas são desconsideradas, o que pode resultar em exclusão, insegurança e dificuldades no processo de aprendizagem.

2.2 O preconceito linguístico e a prática docente

Seria ingênuo se não observássemos os diversos preconceitos na escola e não falássemos em prática docente. Leite e Andrade (2021), em seu artigo *O preconceito linguístico em sala de aula: o professor está preparado para isso?*, relatam que a relação entre preconceito linguístico e prática docente revela-se central para a compreensão das dinâmicas de inclusão e exclusão no ambiente escolar.

A atuação do professor, frequentemente orientada por uma concepção normativa de língua, tende a privilegiar a norma padrão como único modelo legítimo de expressão, o que pode resultar na desvalorização das variedades linguísticas trazidas pelos estudantes. Essa postura, ainda que não intencional, contribui para a reprodução do preconceito linguístico, afetando a participação, a autoestima e o desempenho escolar dos alunos.

Conforme evidenciado por Leite e Andrade (2021), embora muitos docentes reconheçam a existência desse tipo de preconceito, ainda enfrentam dificuldades em desenvolver práticas pedagógicas que contemplem efetivamente a diversidade linguística.

Tal cenário revela uma tensão entre discurso e prática, indicando que, apesar de uma compreensão teórica sobre a importância da inclusão, a norma padrão permanece hegemônica no ensino. Nesse contexto, torna-se fundamental repensar a

prática docente à luz de uma perspectiva sociolinguística, que compreenda a língua como um fenômeno heterogêneo e socialmente situado.

Assim, ao adotar uma postura pedagógica mais crítica e inclusiva, o professor pode contribuir para o enfrentamento do preconceito linguístico, promovendo um ensino de Língua Portuguesa que valorize a diversidade, respeite as identidades linguísticas dos estudantes e favoreça a construção de uma educação mais justa e democrática.

Nesse contexto, a discussão sobre preconceito linguístico na prática docente é essencial para favorecer uma educação mais inclusiva, democrática e atenta à diversidade linguística. Os professores desempenham um papel crucial na mediação entre a linguagem que os alunos utilizam em seus ambientes sociais e a norma padrão exigida em contextos formais específicos. Quando essa ligação é realizada sem uma reflexão crítica, há o risco de fortalecer estigmas e desigualdades.

Dessa forma, refletir sobre o preconceito linguístico no contexto escolar contribui para ampliar a consciência pedagógica dos educadores, favorecendo o desenvolvimento de práticas que reconheçam as diversas variedades linguísticas e valorizem a linguagem como elemento constitutivo da identidade cultural dos sujeitos.

Além disso, uma abordagem integrada possibilita compreender o fenômeno sob diferentes perspectivas — linguística, social e educacional —, fortalecendo a construção de estratégias pedagógicas voltadas para o respeito, a equidade e a valorização da diversidade no ambiente escolar.

Nesse sentido, conforme destacam Leite e Andrade (2026):

O preconceito linguístico, ainda presente nas práticas escolares, evidencia a necessidade de uma formação docente que ultrapasse a visão normativa da língua, incorporando uma perspectiva que reconheça a diversidade linguística como constitutiva das identidades dos estudantes. Nesse processo, cabe à escola promover práticas pedagógicas que valorizem os diferentes modos de dizer, possibilitando a construção de um ambiente mais inclusivo e socialmente justo. (LEITE; ANDRADE, 2026, p. XX).

Além disso, as autoras ressaltam que:

A persistência do preconceito linguístico no ambiente escolar revela não apenas uma questão de ordem linguística, mas um problema de natureza social e educacional que exige uma ressignificação das práticas docentes. Torna-se imprescindível que o professor reconheça as diferentes variedades linguísticas como legítimas e promova um ensino que não silencie os alunos, mas que os incentive a participar ativamente, respeitando suas formas de expressão e seus contextos socioculturais. (LEITE; ANDRADE, 2026, p. XX)

Assim, ao articular teoria e prática, a educação linguística pode assumir um papel transformador, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e para a construção de um espaço escolar mais inclusivo, democrático e socialmente comprometido.

Para atingir esse objetivo, o papel do educador de Língua Portuguesa na análise crítica do preconceito linguístico é crucial, pois muitas vezes ele é o primeiro a introduzir aos alunos a norma culta e seus valores associados. De acordo com Santana e Carvalho (2024, 384.), “o preconceito linguístico persiste devido à falta de compreensão sobre a variação da língua e às metodologias pedagógicas técnicas que, em muitas ocasiões, são reforçadas pela postura punitiva dos educadores”.

Diante disso, é fundamental que o professor estabeleça um ambiente que reconheça e aprecie as diversas formas de comunicação, incorporando tanto as especificidades locais quanto as vivências cotidianas dos estudantes.

Andrade e Leite (2021, s/p.) enfatizam a relevância da atitude do educador ao afirmarem que “é essencial respeitar o modo de comunicação de cada um, utilizando as variações como um recurso pedagógico”. No entanto, as autoras também apontam que um número considerável de professores se sente despreparado para enfrentar essas situações, evidenciando a necessidade de uma formação mais robusta em contextos variados.

Um outro ponto importante é a conscientização dos próprios alunos. Segundo Leite e Andrade (2021, p. 29)”

É imprescindível ainda estimular os alunos a refletirem sobre as variantes linguísticas e sua importância no contexto social. Esse seria o início de uma grande batalha, não a única, para modificar formas de se ensinar e de aprender o português.

Sendo assim, afirmamos que cabe à escola trabalhar e planejar situações que abordem a temática do preconceito linguístico, criando experiências de diálogo com as formas de expressão dos alunos é uma maneira eficaz de enfrentar a

discriminação linguística, Educação Integral e reduzir essa discriminação simbólica velada em muitas salas de aulas e inclusive por alguns professores.

2.3O Preconceito Linguístico Nas Mídias Sociais

Outro local de luta e de relações de poder são as redes sociais. Estas transformaram-se em ambientes dinâmicos de interação e produção de discurso, nos quais diversas formas de linguagem se expressam de maneira espontânea e variada. Contudo, esses espaços também têm exposto um cenário alarmante: a perpetuação do preconceito linguístico, manifestado em comentários depreciativos, brincadeiras e correções públicas, impulsionadas por uma perspectiva elitista da norma-padrão.

Essas ações intensificam estigmas e legitimam a marginalização simbólica de indivíduos que empregam variedades linguísticas populares. De acordo com Bortoni-Ricardo (2004, p. 35), “a variedade linguística atua como um marcador social, sendo frequentemente empregada para desacreditar o interlocutor, e não o conteúdo de sua fala”. Em outras palavras, a crítica à linguagem constitui, frequentemente, um meio dissimulado de atacar a identidade do locutor.

O preconceito linguístico nas redes sociais, além de evidenciar as desigualdades sociais, funciona como um instrumento de controle da linguagem, forçando os usuários a se adequarem a um modelo ideal de linguagem verbal e escrita. Essa norma oculta dificulta a construção de espaços democráticos e diversificados na internet. Portanto, é crucial refletir criticamente sobre a capacidade do discurso digital de reproduzir e, ao mesmo tempo, combater práticas discriminatórias, o que demanda, sobretudo, uma formação linguística mais crítica e inclusiva.

Embora as redes sociais proporcionem espaços para a expressão individual e coletiva, elas também se transformaram em ambientes nos quais o preconceito linguístico se manifesta de forma intensa e, muitas vezes, violenta. Frequentemente, publicações que não seguem o padrão são alvo de comentários ofensivos, memes depreciativos e correções públicas que buscam ridicularizar o

orador, não pela qualidade do conteúdo, mas pela maneira como se expressa. Casos de influenciadores ou artistas que empregam variações regionais ou populares, como “nóis vai” ou “os menino”, costumam se tornar virais, acompanhados de comentários depreciativos, o que demonstra o uso da linguagem como meio de exclusão.

Conforme Bortoni-Ricardo (2004, p. 52):

As redes sociais, ao mesmo tempo em que democratizam o acesso à escrita e à expressão, evidenciam de maneira explícita os preconceitos que atravessam o uso da linguagem. O modo como alguém escreve ou fala pode se tornar motivo de zombaria pública, frequentemente por parte de indivíduos que se sentem autorizados a corrigir e julgar o outro com base em uma suposta ‘superioridade linguística’. Nesses espaços, o preconceito linguístico se manifesta de forma brutal, porque muitas vezes está associado a julgamentos de valor sobre a origem, a escolarização ou a classe social do usuário.

Este tipo de julgamento demonstra o quanto o preconceito linguístico ainda é amplamente aceito e perpetuado. É essencial fomentar, nas escolas e na sociedade, uma consciência crítica acerca da importância das variações linguísticas e de sua função na formação da identidade cultural e social das pessoas.

As expressões de preconceito linguístico nas redes sociais também evidenciam a falta de um entendimento crítico da sociedade sobre o funcionamento real da linguagem. De acordo com Bagno (2007), esse tipo de preconceito é fundamentado em mitos amplamente difundidos acerca da existência de uma maneira “correta” e superior de se expressar, ignorando que todas as variações linguísticas são válidas em seus contextos de uso. O autor argumenta que o preconceito linguístico é uma forma dissimulada de discriminação social, uma vez que, ao criticar o discurso de alguém, na realidade se ataca sua identidade, procedência e status social. Nas plataformas de mídia social, essa crítica frequentemente se apresenta como “humor”, mas oculta práticas de opressão que se perpetuam por meio da linguagem.

Além disso, Marcuschi (2001) defende que a língua não é um sistema estático e inalterável, mas uma prática dinâmica que se molda às demandas comunicativas dos grupos sociais. Nas plataformas digitais, onde a linguagem é rápida, híbrida e repleta de traços de oralidade, o emprego de abreviações, expressões regionais e regionalismos deveria ser visto como um reflexo dessa fluidez

linguística, e não como um equívoco. Contudo, a falta de uma perspectiva sociolinguística na construção do senso comum resulta na desvalorização dessas formas escritas. Portanto, em vez de ver a linguagem digital como um espaço legítimo para variação e criatividade, muitos usuários seguem uma lógica excludente, guiada por uma norma idealizada e elitista.

Em última análise, Carlos Alberto Faraco destaca que a intolerância às variações linguísticas é fruto de uma educação normativista, que valoriza apenas o “correto” e menospreza o “diverso”. Nas mídias sociais, essa concepção se amplifica, pois os espaços virtuais espelham, em larga escala, o mesmo julgamento que se expressa em contextos formais. Portanto, para alterar essa situação, é crucial ampliar o debate acerca da variação linguística nos meios de comunicação e na educação, visando abolir visões preconceituosas e promover uma convivência mais justa e diversa nos espaços digitais.

2.4 Variação Linguística e Xenofobia

Outro aspecto importante a ser retratado nos trabalhos que abordam a variação linguística é a xenofobia. A variação linguística não se limita apenas às diferenças regionais ou sociais; ela também se relaciona com a percepção que a sociedade tem sobre determinados grupos e seus modos de falar. Bagno (2007, p. 36) enfatiza que:

O preconceito linguístico é uma forma de discriminação social disfarçada, que permite julgar negativamente pessoas ou grupos inteiros apenas pelo modo como falam. É preciso compreender que toda língua apresenta variação e que julgar uma variedade como inferior é, na verdade, julgar os falantes que a utilizam.

Essa perspectiva evidencia que práticas escolares que ignoram ou desvalorizam as variedades linguísticas contribuem, ainda que indiretamente, para a manutenção de preconceitos e da xenofobia linguística. Em contextos educativos, estudantes que falam dialetos ou variantes consideradas “não padrão” podem ser discriminados, afetando sua autoestima e seu desempenho escolar. A BNCC reforça a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade linguística, indicando que os estudantes devem reconhecer e refletir sobre preconceitos

linguísticos e atitudes discriminatórias, compreendendo que a língua é plural e socialmente construída.

Além disso, a relação entre variação linguística e xenofobia se manifesta quando certos modos de falar, associados a origens regionais ou a grupos sociais específicos, são percebidos como sinais de inferioridade ou incapacidade. Bagno (2007, p. 38) alerta:

Quando se discrimina linguisticamente, não se discrimina apenas a língua, mas se marginaliza quem a usa. Essa forma de violência simbólica reproduz hierarquias sociais e reforça a exclusão de pessoas por motivos que nada têm a ver com competência ou inteligência.

Vale lembrar que o termo xenofobia tem sido cada vez mais utilizado a partir dos usos nas redes sociais e que, embora o assunto tenha relevância e seja retratado em quase todos os livros didáticos da educação, a abordagem da variação linguística ainda se mostra limitada nas práticas pedagógicas da Educação Básica, apesar das novas orientações difundidas por pesquisadores da área, pelos documentos oficiais e também pelos dados desta pesquisa. Muitas vezes, as atividades desenvolvidas em sala de aula não correspondem aos padrões sociolinguísticos dos estudantes e tampouco refletem suas identidades sociais. Bagno (2007, p. 29) alerta:

A variação linguística ou fica em segundo plano na prática docente ou é abordada de maneira insuficiente, superficial, quando não distorcida. Essas duas situações podem ser encontradas, por exemplo, nos livros didáticos de língua portuguesa — muitos deles já avançaram de modo positivo no tratamento de outros aspectos da renovação do ensino, mas, quando chega a vez da variação linguística, o resultado quase sempre é insatisfatório.

Essa negligência pedagógica vai contra as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que propõe que o ensino de Língua Portuguesa contemple práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística voltadas para a diversidade de usos da língua e o respeito às identidades sociais. Entre os descritores destacados, a BNCC orienta que os estudantes:

- **(EF15LP01)** reconheçam e comparem diferentes variedades linguísticas presentes na comunicação oral e escrita;
- **(EF15LP02)** compreendam que a língua é um fenômeno social, histórico e cultural, sujeito a normas e usos diversos;
- **(EF15LP03)** identifiquem e reflitam sobre preconceitos linguísticos, valorizando a pluralidade cultural da sociedade;

- **(EF15LP04)** utilizem práticas de leitura, escrita e oralidade para analisar textos de diferentes gêneros e contextos, considerando as variações de registro, estilo e interlocução;
- **(EF15LP05)** reconheçam a importância da língua como instrumento de participação social e construção de identidades, respeitando as formas de expressão dos diferentes grupos.

Dessa forma, a integração dessas orientações na prática docente é fundamental para superar o ensino limitado da variação linguística, promovendo experiências de aprendizagem que valorizem a pluralidade cultural e linguística dos estudantes. Isso permite que os alunos desenvolvam competências comunicativas, críticas e reflexivas, reconhecendo a própria voz e a diversidade de vozes presentes na sociedade, o que contribui para uma educação mais inclusiva e alinhada às diretrizes da BNCC.

Nesse sentido, o ensino de Língua Portuguesa deve assumir um papel crítico e formativo, promovendo a consciência sobre a diversidade linguística e o combate ao preconceito, conforme orientam os descritores da BNCC, que incluem o reconhecimento da língua como instrumento de inclusão social e de construção de identidades plurais. Trabalhar a variação linguística em sala de aula significa, portanto, enfrentar preconceitos enraizados e promover práticas que valorizem a pluralidade cultural e linguística, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e respeitosos.

Esse tipo de preconceito está intimamente relacionado à xenofobia, uma vez que certas comunidades ou grupos são excluídos não apenas por sua origem cultural ou geográfica, mas também pela maneira que se expressam. O estigma relacionado à língua, dessa forma, atua como uma ferramenta de exclusão social, conferindo um status inferior àqueles que não usam a forma considerada padrão.

Esse fenômeno pode ser observado, por exemplo, na discriminação de sotaques regionais. O linguista Marcos Bagno (1999, p. 47) destaca que: "o preconceito linguístico atua como uma forma de preconceito social, pois se dirige aos falantes e não à língua em si". Essa perspectiva ajuda a entender por que as formas de fala nordestinas ou do interior frequentemente se tornam alvo de

brincadeiras e estereótipos, sendo de maneira preconceituosa ligadas à ignorância ou à falta de estudos.

A xenofobia linguística pode, portanto, manifestar-se tanto no âmbito internacional quanto dentro de um mesmo país. No Brasil, há o que alguns estudiosos denominam de “xenofobia interna”, quando determinados sotaques — como o nordestino ou o amazônico — são desvalorizados em espaços de poder, em contraste com a variante do Sudeste, considerada mais “prestigiada”, Faraco (2008). Esse preconceito revela-se em situações cotidianas: entrevistas de emprego, piadas midiáticas ou mesmo no ambiente escolar, onde alunos que falam de maneira diferente são frequentemente corrigidos ou ridicularizados.

Então, compreender a variação linguística é fundamental para combater a xenofobia e o preconceito linguístico, promovendo uma valorização da diversidade cultural e uma educação linguística inclusiva que reconheça a legitimidade de todas as formas de expressão.

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa desenvolvida apresenta caráter qualitativo e exploratório, centrando-se na análise das percepções de professores da educação básica sobre o preconceito linguístico e suas implicações no cotidiano escolar. O delineamento qualitativo foi adotado por possibilitar uma compreensão aprofundada das experiências e concepções dos docentes, permitindo captar a complexidade das práticas pedagógicas e das relações sociais que envolvem a língua em sala de aula (GIL, 2010). Esse enfoque possibilita analisar não apenas os discursos dos professores, mas também as tensões entre teoria e prática, fundamentais para investigar fenômenos sociais contextualizados, como o preconceito linguístico.

O caráter exploratório da pesquisa justifica-se pela necessidade de obter um conhecimento inicial e detalhado sobre um tema ainda pouco investigado no contexto escolar. Conforme Yin (2015), estudos exploratórios são indicados quando

se busca compreender “como” ou “por que” determinados fenômenos ocorrem em situações reais, especialmente quando há múltiplas variáveis em interação. Assim, o estudo combina instrumentos de investigação qualitativa, como questionários semiestruturados e análise de conteúdo, para identificar padrões de percepção, concepções sobre norma-padrão e práticas pedagógicas frente à diversidade linguística. Essa abordagem permite construir um panorama detalhado das experiências docentes, contribuindo para reflexões sobre estratégias pedagógicas mais inclusivas e para o enfrentamento do preconceito linguístico no ensino de Língua Portuguesa.

Além disso, a pesquisa ancora-se na compreensão de que a investigação qualitativa permite dar voz aos participantes e explorar suas experiências em profundidade, respeitando a complexidade do fenômeno estudado. Como ressalta Gil (2010, p. 42):

A pesquisa qualitativa não busca generalizações estatísticas, mas a compreensão do significado dos fenômenos a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos. Ela se caracteriza pela flexibilidade do planejamento, pela análise interpretativa dos dados e pela atenção aos contextos sociais, culturais e históricos em que os acontecimentos se dão, permitindo que o pesquisador compreenda as relações de sentido construídas pelos indivíduos em suas práticas cotidianas.

Nesse sentido, a escolha do delineamento qualitativo e exploratório justifica-se pela necessidade de capturar as percepções, experiências e concepções dos professores sobre a variação linguística e o preconceito linguístico, possibilitando uma análise rica e contextualizada das práticas pedagógicas e das dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar. A abordagem permite identificar tanto os discursos que reproduzem mitos linguísticos quanto as estratégias docentes que buscam valorizar a diversidade linguística, oferecendo subsídios para a construção de ações educativas mais inclusivas e reflexivas.

3.2 Corpus da pesquisa

O corpus da pesquisa foi constituído pelas percepções de professores da educação básica atuantes em escolas da rede pública — Escola Municipal Irene Cavalcante Farias e Escola Leobino Soares da Motta —, selecionados por conveniência e por possuírem experiência no ensino de Língua Portuguesa. A

amostra envolveu 15 docentes, dos quais 8 tiveram suas respostas analisadas de forma mais detalhada, por apresentarem informações mais representativas em relação aos objetivos do estudo. A escolha desses participantes buscou garantir diversidade em termos de tempo de experiência docente, formação acadêmica e contexto de atuação, permitindo observar como diferentes perfis influenciam as concepções sobre língua, norma-padrão e preconceito linguístico.

Os dados foram coletados por meio de questionários semiestruturados, contendo perguntas abertas que possibilitaram aos professores expressar suas percepções sobre a diversidade linguística, práticas pedagógicas e experiências com discriminação linguística em sala de aula. Além disso, buscou-se registrar informações sobre o reconhecimento da variação linguística nos materiais didáticos utilizados, estratégias pedagógicas adotadas e dificuldades enfrentadas no ensino inclusivo da língua.

A análise do corpus seguiu os pressupostos da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), organizando os dados em categorias temáticas que refletiram os principais aspectos investigados: (1) concepções de língua e norma-padrão, (2) reconhecimento do preconceito linguístico, (3) práticas pedagógicas frente à variação linguística e (4) estratégias docentes de valorização da diversidade. Essa organização permitiu uma interpretação detalhada e contextualizada das respostas, evidenciando as tensões entre teoria e prática e oferecendo subsídios para propostas de intervenção educativa.

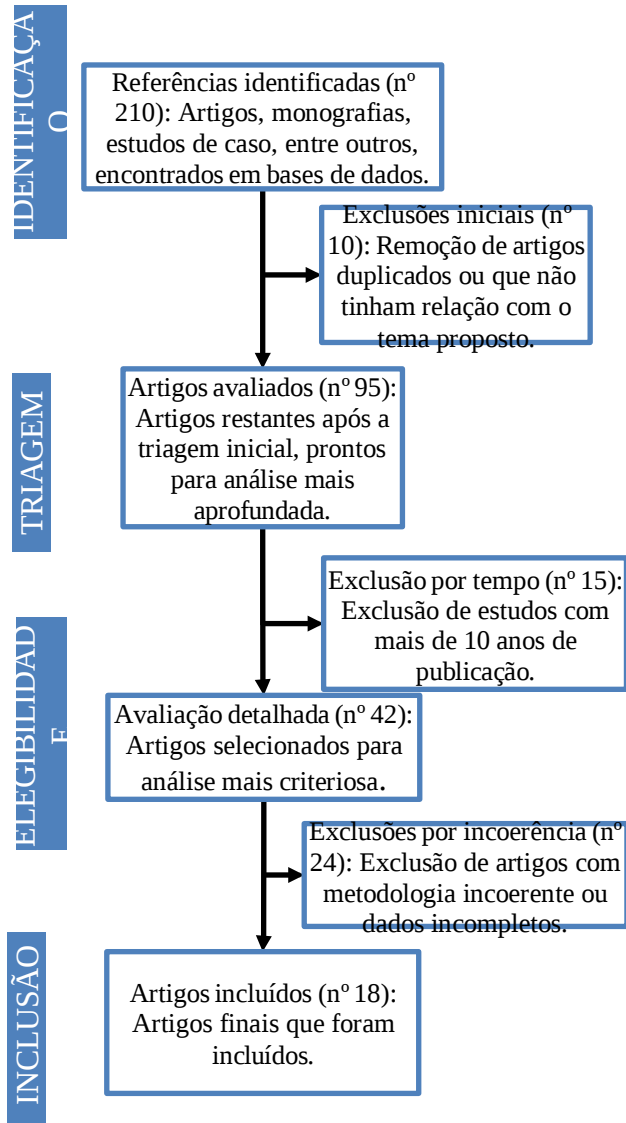
3.3 Etapas da pesquisa

O estudo foi desenvolvido em duas etapas:

1. Pesquisa bibliográfica:

Realizada entre março e maio de 2024, envolveu livros, artigos científicos e dissertações disponíveis em bases como SciELO, Google Acadêmico e periódicos especializados em Educação e Linguística. Foram priorizados autores que discutem variação linguística e preconceito linguístico em contextos educacionais, como Bagno (2007), Faraco (2008) e Marcuschi (2001). Essa revisão permitiu compreender que o preconceito linguístico é uma forma dissimulada de discriminação social,

frequentemente reforçada na escola por meio da valorização exclusiva da norma-padrão, desconsiderando as identidades culturais e linguísticas dos alunos.



Fluxograma 1: Número de artigos identificados, triados, excluídos.

Fonte: Elaborado pelo autor, (2025).

1. Pesquisa de campo:

Foi realizada em duas escolas públicas de ensino fundamental, sendo elas a Escola Municipal Irene Cavalcante Farias e a Escola Leobino Soares da Motta, localizadas na área urbana da cidade de Palmeira dos Índios, escolhidas por apresentarem significativa diversidade cultural e linguística. Participaram 15 professores das disciplinas de Língua Portuguesa, História, Geografia e Ciências, selecionados por conveniência e disponibilidade.

A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário semiestruturado, composto por questões abertas e fechadas, que investigaram as percepções dos docentes sobre o preconceito linguístico e as práticas pedagógicas relacionadas à diversidade linguística.

Questionário aplicado:

1. Como você compreende o conceito de preconceito linguístico?
2. Já presenciou ou vivenciou situações de preconceito linguístico no ambiente escolar? Em caso afirmativo, como reagiu?
3. Quais estratégias pedagógicas utiliza ou acredita que poderiam ser utilizadas para lidar com a diversidade linguística em sala de aula?
4. Você acredita que a formação docente que recebeu ofereceu subsídios suficientes para trabalhar a questão da variação linguística?
5. Em sua opinião, qual é o papel da escola na superação do preconceito linguístico?

O corpus da pesquisa incluiu todas as respostas dos docentes; no entanto, 8 participantes tiveram suas respostas analisadas de forma mais detalhada, por apresentarem informações mais representativas. Os dados foram organizados por meio da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), e categorizados em:

1. Concepções sobre língua e norma-padrão;
2. Reconhecimento do preconceito linguístico;
3. Práticas pedagógicas frente à variação linguística;
4. Estratégias docentes de valorização da diversidade linguística.

Após a aplicação dos questionários, os dados foram tabulados e organizados sistematicamente, possibilitando a análise interpretativa e a comparação entre diferentes visões docentes. A análise qualitativa foi conduzida à luz dos referenciais teóricos discutidos, permitindo identificar padrões de resposta, percepções recorrentes e lacunas formativas relacionadas ao enfrentamento do preconceito linguístico no contexto educacional.

Essa estrutura textual possibilitou uma análise crítica das consequências do preconceito linguístico no cotidiano pedagógico, bem como dos mitos educacionais que ainda circulam nesses ambientes.

4. ANÁLISE DE DADOS DAS ENTREVISTAS DOS DOCENTES

Com base nas entrevistas conduzidas com os educadores, os dados foram organizados em categorias temáticas, conforme a abordagem de análise de conteúdo. As categorias surgiram das declarações dos participantes e foram agrupadas levando em conta a frequência e a importância em relação ao objetivo da pesquisa.

4.1 Concepções de língua e norma padrão

A maior parte dos docentes ainda adota uma perspectiva normativa da língua, associando o conceito de “correto” ao uso da norma culta. Algumas declarações ilustram essa postura:

Professor	Declaração
A	“Eu creio que realmente existe uma forma correta de se expressar, que é a norma culta, e isso deve ser ensinado nas escolas.”
C	“A língua muda conforme o contexto e as pessoas, não há apenas uma maneira certa de se comunicar.”

TABELA 1. Organizada pelas autoras

O contraste entre essas falas evidencia a tensão entre a visão normativa e a abordagem sociolinguística, indicando que, apesar de avanços iniciais na valorização da diversidade linguística, a prática docente ainda mantém concepções

tradicionais.

4.2 Reconhecimento do preconceito linguístico

Os educadores demonstram consciência sobre o preconceito linguístico, embora nem sempre haja ações pedagógicas sistemáticas:

Professor	Declaração
B	“É quando avaliamos a maneira de falar do outro como errada ou inferior.”
D	“Já presenciei alunos rindo da maneira de falar de colegas por causa do sotaque ou da forma de se expressar.”

TABELA 2: organizada pelas autoras

Esses dados indicam que o preconceito linguístico ainda é naturalizado, reforçando a importância de formação crítica dos professores baseada em Sociolinguística.

4.3 Práticas pedagógicas frente à variação linguística

No plano das práticas pedagógicas, observa-se predominância da correção normativa, com movimentos iniciais de valorização das variações:

Professor	Declaração
A	“Sim, eu corrijo, porque eles precisam aprender a maneira correta de falar.”
C	“Eu procuro explicar que existem várias maneiras de se expressar, mas a escola ensina a norma padrão em determinadas situações.”

TABELA 3: organizada pelas autoras

Essas falas demonstram uma transição gradual entre métodos tradicionais e abordagens reflexivas, evidenciando desafios para implementar práticas que valorizem efetivamente a diversidade linguística.

4.4 Mitos sobre o preconceito linguístico identificados na pesquisa

Professor(a)	Fala	Mito identificado	Análise
Professor(a) 1	“Eu sei que existem diferentes formas de falar, mas na escola precisamos ensinar o correto.”	Existe apenas uma forma correta de falar	Evidencia uma concepção normativa e uma tensão entre reconhecimento da diversidade e prática pedagógica.
Professor(a) 2	“Os alunos falam errado, então preciso corrigir.”	Variação linguística é erro	Reforça o preconceito linguístico ao associar variação à inadequação.
Professor(a) 3	“Respeito a fala, mas na prova cobro o certo.”	Norma padrão é superior	Demonstra contradição entre valorização e avaliação.
Professor(a) 4	“Nunca pensei nisso como preconceito.”	Preconceito linguístico não existe	Indica ausência de formação crítica.
Professor(a) 5	“Ensinar sem desvalorizar o aluno.”	Superação do mito	Aproxima-se de uma visão sociolinguística.
Professor(a) 6	“Os alunos têm medo de falar.”	Falar diferente é errado	Mostra efeitos do preconceito.
Professor(a) 7	“Nunca trabalhei variação linguística.”	Ensino = gramática	Revela lacuna pedagógica.
Professor(a) 8	“Foco mais na gramática.”	Língua é regra	Reforça ensino tradicional.

TABELA 4: organizada pelas autoras

Com base nos dados selecionados é possível compreender que a presença recorrente de mitos como “existe apenas uma forma correta de falar” e “variação linguística é erro” evidencia a força de uma ideologia linguística normativa ainda dominante no contexto escolar. Esses mitos, identificados nas falas dos docentes, revelam que a língua continua sendo compreendida como um sistema

homogêneo e estático, desconsiderando sua natureza social e variável.

Conforme argumenta Marcos Bagno (2007), o preconceito linguístico está diretamente relacionado à hierarquização das variedades linguísticas, na qual a norma padrão é legitimada como superior. Nessa mesma direção, Carlos Alberto Faraco (2008) ressalta que essa valorização não é linguística, mas social, pois está vinculada a relações de poder que determinam quais formas de fala são prestigiadas. Assim, os mitos identificados não apenas orientam práticas pedagógicas, mas também contribuem para a reprodução de desigualdades no espaço escolar.

Além disso, a análise das falas evidencia que, mesmo quando há uma tentativa de superação desses mitos, como no caso de docentes que afirmam respeitar a fala dos alunos, ainda persiste uma prática avaliativa centrada exclusivamente na norma padrão. Essa contradição reforça a tensão entre discurso e prática, já identificada nos dados. Nesse sentido, Roxane Rojo (2012) propõe a ampliação do ensino de língua por meio dos letramentos múltiplos, reconhecendo as diferentes práticas sociais de linguagem como legítimas. Complementarmente, Cecília Mollica (2009) destaca que o enfrentamento do preconceito linguístico passa pela formação docente crítica, capaz de transformar a compreensão teórica em práticas pedagógicas inclusivas. Dessa forma, torna-se evidente que a superação dos mitos linguísticos exige não apenas mudança de concepção, mas também a reconfiguração das práticas de ensino, avaliação e interação em sala de aula.

Outro aspecto relevante evidenciado na análise diz respeito à naturalização dos mitos linguísticos no cotidiano escolar, o que contribui para sua reprodução de forma muitas vezes inconsciente pelos docentes. Ao afirmarem que “corrigir o aluno” é parte essencial do ensino, sem problematizar o que se entende por erro, os professores acabam reforçando uma visão prescritiva da língua, que desconsidera os contextos de uso e as condições socioculturais dos falantes. Nessa perspectiva, José Luiz Fiorin (2006) destaca que a linguagem está intrinsecamente ligada às relações de poder, funcionando como instrumento de legitimação social. Assim, ao privilegiar determinadas formas linguísticas em detrimento de outras, a escola não apenas ensina conteúdos, mas também reproduz hierarquias sociais. Esse processo evidencia que o preconceito linguístico não é apenas uma questão pedagógica, mas um fenômeno ideológico que atravessa as práticas educativas e contribui para a manutenção de desigualdades.

Ademais, observa-se que a ausência de práticas pedagógicas sistematizadas voltadas para a valorização da diversidade linguística reforça a permanência desses mitos no ambiente escolar. Embora alguns docentes demonstrem sensibilidade em relação ao tema, essa percepção ainda não se traduz em ações concretas que promovam a inclusão linguística. Nesse sentido, Angela Kleiman (2005) enfatiza que o trabalho com a linguagem deve estar vinculado às práticas sociais de letramento, possibilitando aos alunos não apenas o domínio da norma padrão, mas também o reconhecimento de sua própria identidade linguística. Complementarmente, Roxane Rojo (2012) defende que a escola precisa incorporar os letramentos múltiplos, ampliando as formas de participação dos estudantes. Dessa forma, a superação do preconceito linguístico demanda uma mudança estrutural na prática docente, que vá além da correção normativa e se comprometa com uma educação linguística crítica, inclusiva e socialmente situada

4.5 concluindo a análise integrativa

A análise conjunta evidencia que:

- O preconceito linguístico está presente de forma sutil e naturalizada, sobretudo pela valorização exclusiva da norma padrão.
- Há uma tensão entre discurso e prática: docentes reconhecem a diversidade linguística, mas a implementação pedagógica é limitada.
- A Sociolinguística fornece fundamentos teóricos para orientar práticas inclusivas, compreendendo a língua como fenômeno social, heterogêneo e variável (Labov, 1994; Bortoni-Ricardo, 2006; Rojo, 2012).
- Formação continuada e crítica é fundamental para ressignificar práticas e confrontar mitos linguísticos, promovendo uma educação mais inclusiva e democrática.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o preconceito linguístico no contexto escolar, investigando suas manifestações na prática docente e seus impactos no processo de ensino-aprendizagem. A partir da revisão bibliográfica e da análise dos dados coletados junto aos professores, foi possível compreender que,

embora haja um reconhecimento crescente da diversidade linguística, ainda predomina, no ambiente escolar, uma concepção normativa de língua, centrada na valorização da norma padrão.

Os resultados evidenciaram a presença de mitos linguísticos que orientam a prática docente, tais como a crença de que existe uma única forma correta de falar e a associação entre variação linguística e erro. Essas concepções contribuem para a reprodução do preconceito linguístico, afetando diretamente a participação, a autoestima e o desempenho dos estudantes. Além disso, observou-se uma tensão entre discurso e prática, uma vez que muitos docentes reconhecem a importância da diversidade linguística, mas não conseguem traduzir esse conhecimento em práticas pedagógicas efetivamente inclusivas.

À luz dos pressupostos da Sociolinguística, especialmente das contribuições de William Labov, Stella Maris Bortoni-Ricardo, Marcos Bagno e Carlos Alberto Faraco, compreende-se que a língua é um fenômeno heterogêneo e socialmente situado, sendo a variação uma característica inerente ao seu funcionamento. Nesse sentido, o preconceito linguístico revela-se não apenas como uma questão de linguagem, mas como um problema social e educacional, relacionado a processos históricos de exclusão e hierarquização.

Diante disso, destaca-se a necessidade de resignificação da prática docente, por meio de uma formação continuada que possibilite aos professores compreender e valorizar a diversidade linguística em sala de aula. Torna-se fundamental que o ensino de Língua Portuguesa ultrapasse a perspectiva estritamente normativa, incorporando práticas pedagógicas que promovam o respeito às diferentes formas de expressão e ampliem a competência comunicativa dos estudantes em diferentes contextos sociais.

No que se refere às limitações desta pesquisa, destaca-se o número reduzido de participantes analisados qualitativamente, bem como o recorte específico do contexto investigado, o que não permite generalizações amplas. Além disso, a utilização de questionários pode não captar, em sua totalidade, a complexidade das práticas docentes no cotidiano escolar, indicando a necessidade de estudos que incluam observações em sala de aula e entrevistas mais aprofundadas.

Como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se a ampliação do número de participantes, bem como a realização de estudos comparativos entre diferentes níveis de ensino e contextos educacionais. Recomenda-se, ainda, o

desenvolvimento de pesquisas que investiguem intervenções pedagógicas voltadas para o enfrentamento do preconceito linguístico, analisando seus impactos na aprendizagem e na participação dos estudantes. Além disso, estudos que articulem formação docente e práticas efetivas de ensino podem contribuir significativamente para a construção de uma educação linguística mais crítica, inclusiva e socialmente comprometida.

Por fim, conclui-se que o enfrentamento do preconceito linguístico no ambiente escolar exige não apenas mudanças conceituais, mas também transformações efetivas nas práticas pedagógicas. A escola, enquanto espaço de formação social, deve assumir o compromisso com uma educação linguística crítica, inclusiva e democrática, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, que reconheça e valorize a diversidade como elemento constitutivo da linguagem e da identidade dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Oswald de. Pronominais. In: ANDRADE, Oswald de. *Pau-Brasil*. São Paulo: Globo, 1924.

ANDRADE, Luciene dos Santos; LEITE, Kathia Maria Barros. O preconceito linguístico em sala de aula: o professor está preparado para isso? *Revista Humanidades & Inovação*, v. 8, n. 37, p. 323-332, 2021.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 50. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor de língua materna e a variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

EDUCAÇÃO INTEGRAL. Projeto “Como é que a gente fala?” promove reflexão sobre preconceito linguístico. 2024. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/experiencias/projeto-como-e-que-a-gente-fala/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FIGUEIREDO, Carlos Franklin Paiva de. Língua e preconceito: a escola como espaço de reflexão. In: BUNZEN, Clécio (org.). *Português na escola: variação e diversidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 55-67.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 12. ed. São Paulo: Ática, 2006.

IBGE. *Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

KLEIMAN, Ângela B. *Letramento e exclusão social*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ROJO, Roxane. *Escolas e letramentos: letramento e práticas escolares*. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

SOUZA, Célia Regina. A linguagem e as redes sociais: novas formas de interação e preconceito linguístico. *Revista da ANPOLL*, n. 37, p. 45-65, 2014.